

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – OS COITADINHOS

Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, 25/02/01

SÃO PAULO – Anestesiada e derrotada, a sociedade nem está percebendo a enorme inversão de valores em curso. Parece aceitar como normal que um grupo de criminosos estenda faixas pela cidade e nelas fale de paz.

Que paz? Não foram esses mesmos adoráveis senhores que decapitaram ou mandaram decapitar seus próprios companheiros de comunidade durante as recentes rebeliões?

A sociedade ouve em silêncio o juiz titular da Vara de Execuções Penais, Otávio Augusto Barros Filho, dizer que não vai resolver nada a transferência e isolamento dos líderes do PCC (Primeiro Comando da Capital ou Partido do Crime).

Digamos que não resolva. Qual é a alternativa oferecida pelo juiz? Libertá-los todos? Devolvê-los aos presídios dos quais gerenciam livremente seus negócios e determinam quem deve viver e quem deve morrer?

Vamos, por um momento que seja, cair na real: os presos, por mais hediondos que tenham sido seus crimes, merecem, sim, tratamento digno e humano. Mas não merecem um micrograma que seja de privilégios, entre eles o de determinar onde cada um deles fica preso.

Há um coro, embora surdo, que tenta retratar criminosos como coitadinhos, vítimas do sistema. Calma lá. Coitadinhos e vítimas do sistema, aqui, são os milhões de brasileiros que sobrevivem com salários obscenamente baixos (ou sem salário algum) e, não obstante, mantêm-se teimosamente honestos.

Coitadinhos e vítimas de um sistema ineficiente, aqui, são os parentes dos abatidos pela violência, condenados à prisão perpétua que é a dor pela perda de alguém querido, ao passo que o criminoso não fica mais que 30 anos na cadeia.

Parafrazeando Millôr Fernandes: ou restaure-se a dignidade para todos, principalmente para os coitadinhos de verdade, ou nos rendamos de uma vez à Crime Incorporation.

1 - O texto foi elaborado a propósito das rebeliões de presos nas prisões paulistas no mês de fevereiro de 2001; a melhor explicação para a escolha do título *os coitadinhos* é:

- a) a referência ambígua aos presos e às pessoas que sofrem pela ineficiência do sistema;
- b) a alusão às pessoas vítimas de salários baixos e teimosamente honestas;
- c) a existência de presos que, por orquestração surda, são tidos como vítimas do sistema;
- d) o fato de algumas pessoas padecerem eternamente pela perda de entes queridos;
- e) a referência aos presos que sofrem maus-tratos nas prisões brasileiras.

2 - No início do texto, o jornalista fala de uma sociedade “anestesiada e derrotada”; o segmento do texto que melhor demonstra a derrota de nossa sociedade é:

- a) “Há um coro, embora surdo, que tenta retratar criminosos como coitadinhos, vítimas do sistema”;
- b) “A sociedade ouve em silêncio o juiz titular da Vara de Execuções Penais, Otávio Augusto Barros Filho, dizer que não vai resolver nada a transferência e isolamento dos líderes...”;
- c) “...os presos, por mais hediondos que tenham sido seus crimes, merecem, sim, tratamento digno e humano.”;
- d) “Mas não merecem um micrograma que seja de privilégios, entre eles o de determinar onde cada um deles fica preso.”;
- e) “Coitadinhos e vítimas de um sistema ineficiente, aqui, são os parentes dos abatidos pela violência...”.

3 - “Parafrazeando Millôr Fernandes: ou restaure-se a dignidade para todos, principalmente para os coitadinhos de verdade, ou nos rendamos de uma vez à Crime Incorporation”; o comentário correto a respeito deste último parágrafo do texto é:

- a) uma paráfrase corresponde ao desenvolvimento das idéias de alguém, modificando-se levemente as idéias originais;
- b) com o pronome *todos* o texto quer referir-se àqueles que, de fato, sofrem de verdade: os de baixos salários, os desempregados e os que perderam entes queridos;
- c) a segunda ocorrência da conjunção *ou*, neste segmento, tem valor de adição;
- d) o fato de a organização criminosa receber nome inglês é de cunho irônico;
- e) para Millôr Fernandes, segundo o que foi parafrazeado no texto, a dignidade deve ser restaurada somente para os coitadinhos de verdade.

4 - Como se pode ver no texto, *obscenamente* é um vocábulo grafado com SC; o item abaixo em que um dos vocábulos está **erroneamente** grafado é:

- a) ressuscitar / ascensão / piscina;
- b) adolescente / discente / indescente;
- c) convalescer / crescer / rescindir;
- d) abscesso / florescente / transcender;
- e) renascença / piscicultura / miscelânea.

5 - “...merecem, sim, tratamento digno e humano.”; o uso do vocábulo *sim* significa que:

- a) se trata de uma verdade universalmente aceita;
- b) o jornalista quer confirmar o que dizem os presos;
- c) o artigo escrito apresenta certo tom irônico;
- d) o jornalista afirma algo que pode receber opiniões opostas;
- e) nem todos os presos são bem tratados nas prisões brasileiras.

6 - “Digamos que não resolva.”; em termos argumentativos, o segmento anterior indica:

- a) uma hipótese sobre fato futuro sobre a qual o texto contrargumenta;
- b) uma inferência segura sobre fatos previsíveis que o jornalista condena;
- c) um argumento do juiz, condenado provisoriamente pelo jornalista;
- d) um argumento com o qual o jornalista pretende dar razão ao juiz;
- e) um pensamento negativista e comum entre os membros de uma sociedade derrotada.

7 - "Não foram esses mesmos adoráveis senhores..."; neste segmento ocorre um exemplo de uma figura denominada:

- a) metáfora;
- b) metonímia;
- c) ironia;
- d) eufemismo;
- e) hipérbole.

8 - O segmento do texto que apresenta um sujeito posposto ao verbo é:

- a) "Anestesiada e derrotada, a sociedade nem está percebendo a enorme inversão de valores em curso.";
- b) "Parece aceitar como normal que um grupo de criminosos estenda faixas pela cidade e nelas fale de paz.";
- c) "Há um coro, embora surdo, que tenta retratar criminosos como coitadinhos,...";
- d) "Coitadinhos e vítimas de um sistema ineficiente, aqui, são os parentes dos abatidos pela violência...";
- e) "Mas não merecem um micrograma que seja de privilégios..."

9 - "... os presos, por mais hediondos que tenham sido seus crimes, merecem, sim, tratamento digno e humano. Mas não merecem um micrograma que seja de privilégios, entre eles o de determinar onde cada um deles fica preso."; nesse segmento do texto há uma série de vocábulos que se referem a elementos anteriores. O item em que a correspondência entre os dois NÃO está perfeita é:

- a) "...por mais hediondos QUE tenham sido..."- seus crimes;
- b) "...entre ELES..."- privilégios;
- c) "...O de determinar..."- privilégio;
- d) "...um micrograma QUE seja..." - micrograma;
- e) "...o de determinar onde cada um DELES..."- presos.

10 - "Vamos, por um momento que seja, cair na real..."; a regra abaixo que justifica o emprego das vírgulas nesse segmento do texto é:

- a) separar elementos que exercem a mesma função sintática;
- b) isolar ou aposto;
- c) isolar o adjunto adnominal antecipado;
- d) indicar a supressão de uma palavra;
- e) marcar a intercalação de elementos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11- A competência, no âmbito da Administração Pública, para aplicar a penalidade de demissão a um servidor do Tribunal Regional Eleitoral é do:

- a) Presidente da República;
- b) Presidente do Tribunal Superior Eleitoral;
- c) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral;
- d) Corregedor do Tribunal Superior Eleitoral;
- e) Procurador Regional Eleitoral.

12 - Em razão de características comuns, os atos administrativos são agrupados em espécie. Pode-se afirmar que admissão é exemplo de ato:

- a) negocial;
- b) enunciativo;
- c) normativo;
- d) ordinatório;
- e) punitivo.

13 - Através dos meios de invalidação, a Administração Pública pode promover a extinção dos seus atos administrativos. Assinale, sobre este tema, a alternativa **falsa**:

- a) O Poder Judiciário, quando provocado, pode anular ato com vício praticado pela Administração Pública.
- b) A Teoria dos Motivos Determinantes permite a verificação da adequação das razões de fato apresentadas pela Administração Pública com a realidade e das razões de direito com a lei.
- c) A cassação do ato administrativo tem como fundamento a ocorrência de vício no momento da elaboração do ato.
- d) A revogação é a forma de extinção do ato administrativo que leva em consideração aspectos de conveniência e oportunidade.
- e) A Administração Pública pode anular seus próprios atos administrativos, atuando de ofício ou mediante provocação.

14- Com relação aos diversos tipos de responsabilidade do servidor, **não** é correto afirmar que:

- a) a sentença penal absolutória que conclui pela inexistência do fato ou pela negativa de autoria exclui a responsabilidade administrativa do servidor;
- b) a responsabilidade civil do servidor público é subjetiva, dependendo da comprovação de sua culpa ou dolo;
- c) a responsabilidade administrativa do servidor público federal não pode ser apurada mediante sindicância;
- d) a sentença penal absolutória com fundamento na falta de prova não interfere na apuração da responsabilidade administrativa do servidor;
- e) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, mas somente até o limite do valor da herança recebida.

15 - A espécie de ato administrativo que tem por finalidade disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta de seus agentes é denominado:

- a) ato ordinatório;
- b) ato negocial;
- c) ato disciplinar;
- d) ato enunciativo;
- e) ato punitivo.

16 - O princípio que tem por propósito aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesão aos direitos fundamentais, recebe a denominação de:

- a) razoabilidade;
- b) moralidade;
- c) legalidade;
- d) impessoalidade;
- e) eficiência.

17 - A punição que deverá ser aplicada ao servidor público, se ficar constatada a inassiduidade habitual, é:

- a) suspensão;
- b) advertência;
- c) demissão;
- d) exoneração;
- e) cassação.

18 - A realização material da Administração Pública em cumprimento de alguma decisão administrativa recebe o nome de:

- a) procedimento administrativo;
- b) ato administrativo;
- c) fato administrativo;
- d) fato do príncipe;
- e) ato de governo.

19 - Se um servidor público conseguir anular a decisão administrativa que o demitiu, ele terá o direito de retornar ao cargo anteriormente ocupado. Nesta hipótese, estando o cargo ocupado, assinale a alternativa que indica uma das providências que podem ser adotadas com relação ao atual ocupante:

- a) será demitido em razão da desnecessidade de sua manutenção no serviço público;
- b) se estável, será reintegrado ao cargo anterior;
- c) aplica-se o instituto da reversão, sendo o servidor mantido no serviço se a Administração considerar necessária esta providência;
- d) mesmo sendo estável, será exonerado do serviço público;
- e) se estável, será reconduzido ao cargo anterior.

20 - Sobre o inquérito administrativo, pode-se afirmar que:

- a) corresponde à etapa do processo administrativo disciplinar em que é realizada a instrução do processo e o servidor acusado apresenta a sua defesa;
- b) antecede ao processo administrativo disciplinar e corresponde à fase de apuração preliminar da possível prática de infração disciplinar por parte do servidor público;
- c) trata-se de procedimento administrativo de instauração facultativa pelo Ministério Público para apurar a possível prática de infrações disciplinares por parte dos servidores públicos;
- d) é o instrumento usado pela Administração Pública para apurar a possibilidade de exercício, contra o servidor, do direito de regresso nas situações onde o Estado é obrigado a indenizar os danos decorrentes da atuação de seus agentes;
- e) corresponde à etapa do processo administrativo disciplinar chamada de sindicância.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - Com relação aos direitos políticos, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) No Brasil, o analfabeto é inelegível e vota facultativamente;
- b) Somente o brasileiro com idade mínima de 35 anos pode ser candidato ao cargo de senador;
- c) O Presidente da República, para concorrer a outro cargo, deve se licenciar 6 meses antes da eleição;
- d) Além das situações previstas no texto constitucional, somente por lei complementar poderão ser previstas novas hipóteses de inelegibilidade;
- e) O texto constitucional proíbe a deliberação sobre proposta de emenda constitucional tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.

22 - Assinale a alternativa que **não** indica uma das condições genéricas de elegibilidade previstas na Constituição:

- a) filiação partidária;
- b) alistamento eleitoral;
- c) domicílio eleitoral na circunscrição;
- d) pleno exercício dos direitos políticos;
- e) nacionalidade originária.

23 - Com relação às mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 19, que tratou da Reforma Administrativa, é correto afirmar que:

- a) o prazo para aquisição da vitaliciedade para os magistrados foi ampliado para três anos;
- b) todos os servidores serão remunerados por subsídio mensal;
- c) o teto remuneratório no serviço público não se aplica para as autarquias;
- d) o estrangeiro, de acordo com as novas regras constitucionais, poderá ter acesso aos cargos públicos;
- e) a criação de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista será feita por lei.

24 - Com relação à possibilidade de Intervenção Federal, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A União não pode promover a intervenção em municípios localizados em Estados, apenas nos municípios localizados nos Territórios Federais, se forem criados;
- b) Durante a Intervenção Federal não se pode emendar a Constituição;
- c) É possível a decretação de intervenção sem a nomeação de interventor;
- d) O Congresso Nacional não pode controlar o ato de intervenção federal decretado pelo Presidente da República;
- e) O decreto de intervenção vai fixar o prazo de duração, além da amplitude e das condições de sua realização.

25 - A forma de Estado adotada pelo Brasil é:

- a) república;
- b) presidencialismo;
- c) parlamentarismo;
- d) federação;
- e) confederação.

26 - Com relação ao Congresso Nacional, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O Congresso Nacional é formado pela Câmara dos Deputados, onde estão os representantes do povo, e pelo Senado Federal, onde estão os representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- b) Cada senador é eleito, para um mandato de oito anos, com dois suplentes que integram a sua chapa, adotando-se o sistema eleitoral majoritário por maioria simples;
- c) Os deputados federais são eleitos entre brasileiros com idade mínima de 21 anos, pelo sistema proporcional, para um mandato de 4 anos;
- d) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal podem convocar Ministros de Estado e outras autoridades para que pessoalmente prestem esclarecimentos sobre assunto previamente determinado;
- e) No processo por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, é da competência da Câmara dos Deputados autorizar a instauração do processo pelo voto favorável de dois terços dos deputados federais, sendo o julgamento feito pelo Senado Federal.

27 - Com relação aos direitos e garantias previstos na Constituição, é correto afirmar que:

- a) o brasileiro naturalizado, mesmo eleitor, não poderá propor ação popular;
- b) o mandado de injunção é uma garantia constitucional que vai permitir o acesso do impetrante às informações a seu respeito existentes em banco de dados de caráter público;
- c) a pena de morte não pode ser aplicada em nenhuma hipótese por ser o direito à vida um dos direitos fundamentais;
- d) o mandado de injunção ainda não foi regulamentado por lei, razão pela qual não pode ser aplicado;
- e) o partido político, sem representação no Congresso Nacional, não pode propor mandado de segurança coletivo.

28 - Com relação às normas constitucionais relativas aos servidores públicos, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O servidor estável poderá perder o cargo em razão de avaliações periódicas de desempenho.
- b) O direito de greve do servidor será regulamentado por lei ordinária específica.
- c) Aplica-se o regime da Consolidação das Leis do Trabalho para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d) De acordo com as regras constitucionais em vigor, os cargos comissionados somente serão preenchidos com servidores ocupantes de cargos efetivos.
- e) A aposentadoria compulsória do servidor será com proventos integrais.

29 - Com relação à União, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) No exercício da competência comum, a União vai legislar sobre as normas gerais dos assuntos relacionados na Constituição.
- b) A lei complementar poderá atribuir aos Estados a competência para legislar sobre questões específicas das matérias de competência privativa da União.
- c) Compete à União organizar, no Distrito Federal, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.
- d) Os Territórios Federais, se forem criados, não serão dotados de autonomia político-administrativa, pertencendo sempre à União.
- e) Pertencerão aos Estados as terras devolutas que não foram atribuídas à União pela Constituição.

30 - Sobre as normas constitucionais relativas ao Poder Judiciário, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Em razão do princípio da reserva de plenário, os tribunais somente poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes ou do respectivo órgão especial.
- b) Um terço dos cargos no Superior Tribunal de Justiça será preenchido com membros oriundos da carreira do Ministério Público e da advocacia que preencham os requisitos previstos na Constituição.
- c) O órgão especial pode ser criado nos tribunais com mais de 25 integrantes e tem por finalidade substituir o tribunal pleno nas funções administrativas e judiciais de maior relevância.
- d) Na promoção por antiguidade, o juiz mais antigo entre os que estão concorrendo somente poderá ser recusado pelo voto da maioria absoluta do tribunal ou do respectivo órgão especial.
- e) O Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Regionais Federais são órgãos do Poder Judiciário que foram criados pela Constituição de 1988.

DIREITO ELEITORAL

31 - Quanto à composição dos Tribunais Eleitorais, assinale a afirmativa correta:

- a) Os componentes do Tribunal Superior Eleitoral são escolhidos por nomeação do Presidente da República e aprovação do Congresso Nacional;
- b) Na composição dos membros do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral, os Juizes escolhidos pertencem à Justiça Federal;
- c) Para o Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral, não é permitida a indicação para nomeação de advogados, ainda que de notável saber jurídico e idoneidade moral;
- d) O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral serão nomeados pelo Presidente da República, entre os desembargadores do órgão do Tribunal de Justiça do Estado;
- e) Entre os membros do Tribunal Regional Eleitoral, haverá um juiz federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal.

32 - Em relação às Juntas Eleitorais, é correto afirmar que:

- a) os membros das Juntas Eleitorais serão nomeados 60 dias antes da eleição, pelo escrivão eleitoral, depois da aprovação do Juiz Eleitoral;
- b) para cada Zona Eleitoral, não são permitidas mais que duas Juntas Eleitorais;
- c) é da competência da Junta Eleitoral a expedição de diplomas aos eleitos para os cargos municipais;
- d) os membros de diretórios de partidos políticos, devidamente registrados e com os nomes oficialmente publicados, na medida do possível devem ser aproveitados na composição da Junta Eleitoral;
- e) a Junta Eleitoral é competente para autorizar a contagem prévia dos votos pelas mesas receptoras.

33 - Com relação ao título de eleitor, é correto afirmar que:

- a) em caso de mudança de domicílio eleitoral, o pedido de transferência será dirigido ao juiz do novo domicílio, que será deferido desde que instruído com o título de eleitor anterior;
- b) para fins de transferência do título de eleitor por mudança de domicílio, é necessária a comprovação, por meios convincentes ou através de atestado fornecido pela autoridade policial, de residência mínima de três meses no novo domicílio;
- c) é considerado domicílio eleitoral para efeito de inscrição eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente e, verificando-se ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio eleitoral aquela nos termos da lei civil;
- d) a segunda via do título eleitoral poderá ser requerida ao juiz da Zona Eleitoral onde encontrar-se o eleitor, desde que 60 dias antes do pleito;
- e) do deferimento do pedido de transferência do título de eleitor, não cabe qualquer impugnação ou recurso.

34 - Quanto ao lugar de votação, pode-se afirmar que:

- a) dar-se-á preferência aos edifícios privados, podendo-se recorrer aos edifícios públicos na falta daqueles em número suficiente e adequado, para funcionamento das mesas receptoras;
- b) a cessão da propriedade particular para fins eleitorais é obrigatória e será objeto de indenização pela Justiça Eleitoral;
- c) da designação do lugar de votação, caberá recurso do proprietário ou possuidor do imóvel, sendo vedado recurso ou reclamação aos partidos políticos ou coligações;
- d) nos estabelecimentos de internação coletiva para cegos e nos leprosários, onde haja pelo menos 50 eleitores, deverão ser instaladas seções de votação;
- e) existindo prédio público em fazenda, sítio ou em qualquer propriedade rural privada, sua utilização é permitida e não será objeto de indenização pela Justiça Eleitoral.

35 - Assinale a afirmativa correta quanto à nulidade da votação:

- a) A nulidade de qualquer ato não decretada de ofício pela Junta só poderá ser argüida quando de sua prática, não mais podendo ser alegada em qualquer outra hipótese face a preclusão.
- b) A nulidade de qualquer ato, baseada em motivo de ordem constitucional, não poderá ser reconhecida em recurso interposto fora do prazo. Perdido o prazo numa fase própria, só em outra que se apresentar poderá ser argüida.
- c) É anulável a votação quando feita perante mesa não nomeada pelo Juiz Eleitoral ou constituída com ofensa à letra da lei.
- d) É nula a votação, quando for negado ou sofrer restrição o direito de fiscalizar e o fato constar da ata ou de protesto interposto por escrito, no momento.
- e) Será motivo para realização de nova eleição, quando a nulidade da votação alcançar mais de um terço dos votos no Estado, para as eleições federais e estaduais.

36 - Quanto aos recursos eleitorais, pode-se afirmar que:

- a) caberá recurso para o Tribunal Regional Eleitoral dos atos, resoluções ou despachos dos Juizes e Juntas Eleitorais;
- b) possuem efeito devolutivo e suspensivo, sem exceção;
- c) na ausência de fixação de prazo especial, o recurso deverá ser interposto em 5 dias da publicação do ato, resolução ou despacho;
- d) não cabe recurso contra expedição de diploma dos candidatos eleitos pelo sistema proporcional de voto;
- e) a petição de recurso contra decisão proferida pelo Juiz Eleitoral deve ser dirigida e analisada pelo juízo da jurisdição superior, que abrirá vista do recurso ao recorrido.

37 - Estabelece a lei que as decisões do Superior Tribunal Eleitoral são irrecorríveis, salvo:

- a) as decisões de sua competência originária, as que contrariarem a Constituição Federal, as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança;
- b) as decisões em que ocorrerem divergência na interpretação de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais, que contrariarem a Constituição Federal, as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança;
- c) as decisões que contrariarem a Constituição Federal, as denegatórias de *habeas corpus*, mandado de segurança ou mandado de injunção;
- d) as decisões que contrariarem a Constituição Federal, as denegatórias de *habeas corpus* e as concessivas de mandado de injunção ou mandado de segurança;
- e) as decisões que contrariarem a Constituição Federal, as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

38 - Em relação ao comportamento do agente e seus efeitos na esfera penal eleitoral, é correto afirmar que:

- a) é dever de todo cidadão que tiver conhecimento de infração penal eleitoral comunicá-la ao Juiz Eleitoral da Zona onde a mesma se verificou, sob pena de prática de crime de omissão eleitoral;
- b) as regras gerais do Código Penal Brasileiro não se aplicam às condutas incriminadoras contempladas pelo Código Eleitoral, diante da característica especial da norma eleitoral;
- c) as infrações penais definidas no Código Eleitoral são de ação pública, exceto quanto aos crimes contra a honra;
- d) o cidadão que haja sido nomeado para a mesa receptora de votos, para efeitos penais é considerado membro e funcionário da Justiça Eleitoral;
- e) o eleitor que tenta votar em lugar de outrem pratica simples infração administrativa e não crime eleitoral.

39 - Um eleitor em pleno gozo de seus direitos políticos, filiado por quase um ano ao partido "A", resolve mudar de partido filiando-se ao partido "B", sendo de seu conhecimento que o partido "A" já havia remetido ao Juiz Eleitoral a relação dos filiados na data prevista em lei.

Sua situação eleitoral será considerada normalizada:

- a) ao receber do partido "A" resposta por escrito de aceitação do pedido de cancelamento da filiação e entrega desta documentação ao partido "B", no máximo no dia seguinte ao da nova filiação, sob pena de serem as duas filiações consideradas nulas para todos os efeitos;
- b) decorridos dois dias da data da entrega da comunicação por escrito ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da zona em que for inscrito, sob pena de duplicidade de filiação partidária;
- c) ao comunicar sua nova filiação ao partido "A", com finalidade de cancelamento de sua filiação, assim como ao Juiz da sua respectiva Zona Eleitoral, até o dia imediato da nova filiação, sob pena de serem as duas filiações consideradas nulas para todos os efeitos;
- d) após o partido "B" ter recebido a documentação própria para a filiação, atestando que o eleitor atendeu às regras estatutárias do partido e foi aceito como novo filiado;
- e) ao comunicar sua nova filiação ao partido "A", com finalidade de cancelamento, ao órgão de direção municipal e ao Juiz da sua respectiva Zona Eleitoral, decorridos dois dias da entrega da comunicação.

40 - Sobre a inelegibilidade, pode-se afirmar que:

- a) o prazo de inelegibilidade de três anos, por abuso de poder econômico ou político, é contado a partir da data da decisão em que se verificou;
- b) a condição de inelegível, como consequência da suspensão dos direitos políticos em decorrência de condenação criminal transitada em julgado, cessa com o cumprimento ou extinção da pena e prova de reparação dos danos, quando houver;
- c) os membros do Congresso Nacional que tenham perdido os respectivos mandatos, por procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar, são considerados inelegíveis para qualquer cargo nos oito anos subsequentes ao término do processo;
- d) cessa a condição de inelegibilidade, após três anos do cumprimento da pena aplicada, aos condenados pela prática de crime contra a economia popular, o patrimônio público, tráfico de entorpecentes e crimes eleitorais;
- e) é considerado inelegível o Governador de Estado que pretender concorrer à reeleição e não renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

41 - A memória cache é:

- a) uma memória de grande capacidade, muito rápida, porém com custo muito alto;
- b) uma memória de pequena capacidade, muito lenta, porém com custo muito baixo;
- c) uma memória de pequena capacidade, muito rápida, porém com custo muito alto;
- d) uma memória de grande capacidade, muito lenta, porém com custo muito alto;
- e) uma memória de grande capacidade, muito rápida, porém com custo muito baixo.

42 - Uma das finalidades da memória principal do computador, popularmente conhecida como memória DRAM, SDRAM ou simplesmente RAM, é:

- a) armazenar temporariamente dados e programas para uso da CPU;
- b) armazenar definitivamente dados e programas para uso da CPU;
- c) servir como dispositivo de entrada e saída de informações;
- d) fornecer uma interface consistente para o usuário humano;
- e) servir como uma unidade de backup para arquivos de programas e dados.

43 - Ao se arrastar um arquivo de uma pasta para outra, utilizando-se o botão direito no Windows Explorer:

- a) o arquivo é copiado para a pasta destino;
- b) o arquivo é movido para a pasta destino;
- c) aparece um menu com diversas opções, entre outras, copiar, mover e cancelar;
- d) é criado um atalho na pasta destino;
- e) nada acontece.

44 - A mão (ver figura abaixo) que aparece abaixo do ícone de alguns tipos de dispositivos no Windows Explorer significa que o dispositivo:

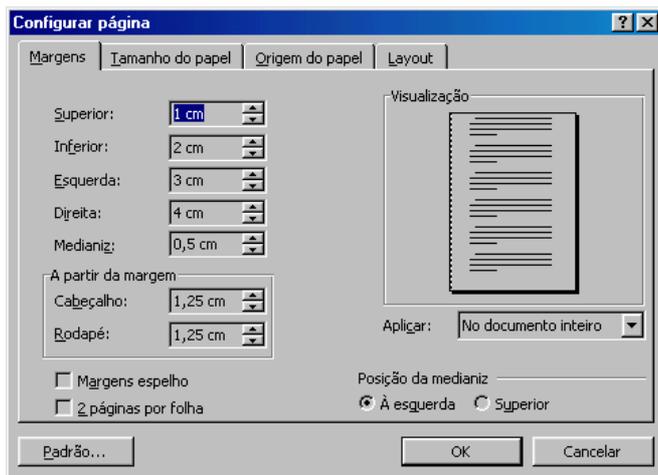


- a) está montado no computador;
- b) não está disponível;
- c) é uma unidade de rede;
- d) está sendo compartilhado;
- e) foi retirado do computador.

45 - Considerando-se as configurações originais do Microsoft Word 2000 em português, a tecla de atalho **Ctrl+B** (pressionada a tecla de **Ctrl** e a tecla **B** sem soltar a primeira):

- imprime o arquivo;
- coloca o texto selecionado em negrito ou inicia modo negrito;
- abre um arquivo em branco;
- salva o arquivo;
- não existe este atalho na configuração padrão.

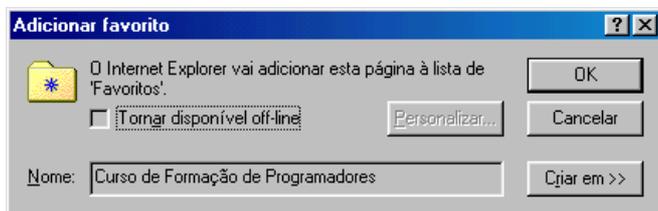
46 - Observe a caixa de diálogo abaixo:



A largura, em centímetros, da área de texto de uma página A4 (21cm por 29,7 no modo retrato), configurada de acordo com esta caixa de diálogo, é:

- 17,5 cm;
- 17 cm;
- 13,5 cm;
- 13 cm;
- 10,5 cm.

47 - Ao utilizar o comando "Adicionar a Favoritos..." do menu "Favoritos" do Internet Explorer, aparece uma caixa de diálogo (ver a seguir) contendo uma caixa de verificação (check box) com a opção "Tornar disponível off-line".



Quando esta opção é marcada:

- copia o conteúdo desta página ou páginas para o seu computador;
- coloca o seu computador off-line;
- desconecta o seu computador do servidor deste site;
- coloca o Internet Explorer no modo off-line;
- impede que a página ou páginas sejam acessadas no futuro quando o seu computador estiver on-line.

48 - O botão  do Microsoft Internet Explorer tem a finalidade de:

- realizar a atualização da página que está sendo mostrada;
- fechar o Internet Explorer, voltando ao programa que estava sendo executado anteriormente;
- mudar para o modo off-line;
- criar um novo documento para ser publicado na web;
- desviar para o documento inicial.

49 - A principal finalidade do Software MS-Outlook é:

- edição eletrônica de texto;
- correio eletrônico;
- criação de páginas web;
- preparação de slides para apresentação;
- criação de planilha eletrônica.

50 - Atualmente, uma forma muito comum de "pegar" vírus de computador é através de arquivos recebidos anexos em um e-mail (attachments). Ainda NÃO é conhecido um vírus para arquivo com extensão do tipo:

- ".EXE";
- ".VBS";
- ".AVI";
- ".DOC";
- ".COM".